

INFLUÊNCIA DO VALOR DOS INSUMOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM UM DISTRITO DE CASCAVEL-PR

PESARINI, Maikon Marcelo Pimentel.¹

BONATTO, Sivoney Heleno.²

PASINI, Andreia Helena.³

RESUMO

A importância da agricultura familiar se evidencia pela sua produção de alimentos tendo um papel socioeconômico de grande importância no agronegócio brasileiro contribuindo para uma sociedade economicamente mais eficiente. O objetivo deste artigo foi o de identificar a influência do valor dos insumos sobre a agricultura familiar. Para que o objetivo proposto fosse atingido, foram coletados dados primários e secundários. Os secundários foram coletados em livros, revistas, dissertações e teses. Já os dados primários foram coletados através de entrevista realizada com os pequenos produtores do Distrito de Espigão Oeste na Cidade de Cascavel – Pr. Após o levantamento dos dados, eles foram transcritos e analisados. Como resultado, obteve-se que o aumento dos insumos é percebido pelos pequenos produtores, no entanto, devido a falta de controle da propriedade, eles não sabem como isso impacta no preço dos produtos, neste sentido, eles seguem os preços praticados no mercado. Assim, o aumento de preços impacta na produção, no entanto, os custos não são analisados de forma correta. Neste sentido, observa-se uma necessidade de auxílio para os pequenos produtores, para que os preços praticados sejam direcionados ao aumento de custos e a lucratividade da propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, Insumos, Preço, Distrito.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar caracteriza-se por usar diversidade pelo qual são distribuídos os recursos terra, capital e trabalho (GERALDI e SALAMONI, 1994). Diferente dos grandes agricultores do Brasil, as atividades realizadas na propriedade são atribuídas pelos membros da família e a agricultura se torna a sua principal fonte geradora de renda tendo também como característica a diversidade produtiva que marca este importante setor. Segundo Spanevello (2003), principal característica da agricultura familiar, se refere que à própria família se torna o mecanismo de produção, pois ao mesmo tempo exerce a força de trabalho e detém também a posse da terra.

Fornecedora de alimentos para uma grande parcela da população brasileira, a agricultura familiar desde seu surgimento enfrenta grandes problemas ao concorrer com a agricultura patronal. Falta de apoio do governo e na criação de políticas públicas que favoreçam aos agricultores familiares, enfrentando grandes desafios, porém com grandes potencialidades.

¹Acadêmico de Administração do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: maikonpesarini27@gmail.com.

²Acadêmico de Administração do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: sivoneyheleno@hotmail.com;

³Mestre em desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professora do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. E-mail: andreipasini@fag.edu.br;



A agricultura familiar no Brasil representa um importante setor da economia brasileira, sendo responsável por significativa fatia das exportações do país. Esse fator contribui para o desenvolvimento social e econômico de toda a nação, pois além de gerar renda e emprego no meio rural gera também a todos os setores da economia.

Este artigo visa compreender a influência do valor dos insumos sobre a agricultura familiar. Espera-se a partir disso, perceber como o valor dos insumos impacta na produção agrícola dos pequenos produtores de um Distrito de Cascavel – Paraná.

Hoje no Brasil 70% dos alimentos consumidos, vêm da agricultura familiar, os pequenos agricultores têm um papel muito importante na cadeia produtiva, correspondendo por 87% do cultivo da mandioca, 70% da carne suína, 59% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho entre outros (IBGE, 2006).

A diversificação é uma aposta da agricultura familiar tendo em suas propriedades várias fontes de renda e usando todo o potencial produtivo de sua propriedade. O pequeno agricultor acaba tendo grande dificuldade de negociar melhores preços nos insumos, pois como eles compram em menor quantidade não conseguem os mesmos preços dos grandes agricultores.

A agricultura familiar do Paraná fornece produtos para escolas estaduais, de 387 dos 399 municípios do estado. Os alimentos atendem 1,1 milhões de alunos de 1.807 instituições de ensino. No ano de 2015 o governo estadual investiu cerca de R\$ 45 milhões que foram disponibilizados para a aquisição de: frutas, hortaliças, leites e derivados, geleias, mel, carnes, ovos, produtos de panificação e grãos, totalizando 14.401 toneladas de alimentos. Destas, 2.379 toneladas são de origem orgânica. “Agricultores familiares do Paraná atenderão 97% dos municípios do estado” (MDA, 2017).

A importância da agricultura familiar no Brasil está na grande produção de alimentos que essa atividade realiza, pois, na maioria dos casos, os agricultores familiares não direcionam suas mercadorias ao mercado externo, mas sim para o atendimento imediato de sua produção. Este trabalho é importante para que possa ser reconhecido pelas autoridades competentes, e que possam investir nesses pequenos agricultores e também e que seja feita uma regulamentação dos preços para que não tenham altas abusivas de preço.

Para que o objetivo proposto que foi verificar a influência dos preços dos insumos sobre a agricultura familiar: um estudo realizado com agricultores familiares do Distrito de Espigão Azul em Cascavel-Pr foi realizado um levantamento de dados primários e secundários. Os dados secundários foram extraídos de dissertações, teses, livros, etc., já os dados primários foram



coletados por meio de entrevistas na propriedade de doze produtores. Após a coleta de dados foram analisados e transcritos através de uma análise descritiva.

O presente artigo apresenta-se em cinco capítulos juntamente com a introdução. O segundo capítulo apresentará o referencial teórico que foi usado como embasamento para a pesquisa. O terceiro capítulo abordará a metodologia apresentada. Já o capítulo seguinte demonstrará análise e a discussão do estudo. Por fim, serão apresentadas as considerações finais do artigo e em seguida as referências utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Campos (2004, p. 32), em 1500 com a chegada das caravelas com os portugueses no Brasil, iniciava ali um processo de colonização que tinha como um dos pilares o incremento da atividade mercantil europeia. Portugal instala um modelo de agricultura baseado nas “Grandes Fazendas” e em produtos específicos à exportação, como: tabaco, açúcar e café. Dando início a agricultura familiar nasce no entorno das grandes fazendas e das zonas de mineração para prover de alimentos a população local. Era permitida e até estimulada pelo “senhor proprietário”, para que seus agregados usassem terras em pequena escala e que produzissem alimentos para sua família, gerando excedente para venda ou troca nas imediações de suas moradias.

No entanto, desde seu surgimento até os dias atuais a agricultura familiar não ganhou prioridade pelas políticas públicas de desenvolvimento rural estando sempre à margem da agricultura patronal ou do chamado agronegócio. Segundo Ghizelini (2009), o reconhecimento por parte do Estado de que os agricultores familiares fazem parte do desenvolvimento enquanto atores sociais é a condição para que a estrutura social não se sobreponha de forma a anular o projeto de vida camponês.

A fim de demonstrar qual foi o impacto causado na agricultura familiar nos últimos anos com a alta dos insumos agrícolas tanto com relação aos gastos com cultivo, manejo ou também no meio social dos produtores onde são responsáveis por uma grande parte dos alimentos produzidos no país (IBGE 2006). Com a alta do dólar e a maioria dos produtos utilizados na agricultura são de importados para o Brasil tem um grande aumento de preços dos insumos agrícolas afetando assim a renda do agricultor familiar.



Segundo as informações do IBGE (2006) para o enquadramento na agricultura familiar. Este produtor não poderá ser detentor de áreas de média ou grande extensão física, onde também outras características específicas para que haja este enquadramento que são gestão e trabalho intimamente ligados aos processos produtivos dirigidos diretamente pelo produtor ênfase na durabilidade dos recursos naturais e qualidade de vida decisões imediatas e adequadas ao processo produtivo e uma grande ênfase em insumos produzidos internamente nas atividades ali executadas. Essas atividades podem ser de agricultura de subsistência como extrativismo, cultivo de pequenas áreas com plantação de pequenas áreas de soja, milho, mandioca, arroz, feijão, hortaliças, fruticultura, na piscicultura, pecuária leiteira, criação de aves e suínos. Sendo estas atividades as que mais executadas pelos produtores familiares que se encaixam nos parâmetros exigidos pelo governo.

Os agricultores familiares têm como características principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte de o trabalho ser fornecido pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertencerem a família, sendo no seu interior a transmissão dos bens em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis (ZIMMERMANN, 2008, p. 4).

Essas características mostram que a agricultora familiar se baseia no trabalho em família envolvendo os nas tarefas a serem realizadas e assim diminuindo os custos de mão de obra e otimizando assim os lucros da atividade realizada pala família. O trabalho feito em família acaba sendo uma forma pequeno agricultor desempenhar de forma mais eficiente a suas obrigações do dia a dia.

De acordo com PICINATTO et al. (2000), o Brasil possui 75% de seus municípios com menos de 20 mil habitantes, nos quais a agricultura é a base da economia. Tal atividade é responsável, direta ou indiretamente, pela maioria dos empregos e, conseqüentemente, da renda rural e urbana. Segundo os autores, mesmo considerando que parte da população rural dos 25% dos municípios restantes dependa de atividades não agrícolas, é o desenvolvimento do conjunto das cadeias produtivas agropecuárias (produção, industrialização e comercialização) que gera e mantém a grande maioria dos empregos na área rural. Assim, estima-se que entre 35 a 40% da população brasileira depende direta ou indiretamente do desenvolvimento da atividade agropecuária.

O PRONAF (2002, p. 31) diz que refletir sobre a agricultura familiar é, em primeiro lugar, pensar condições de produção para o agricultor. Contudo, as necessidades de um agricultor não



param naquilo que ele necessita para produzir. O pequeno agricultor e sua família têm as mesmas necessidades como qualquer cidadão, eles têm as necessidades de consumirem produtos ou serviços como roupas, utensílios domésticos, móveis, materiais escolares, tratamento médico ente outros. Como qualquer cidadão comum ele precisa ter uma renda mensal que lhe permita fazer frente a estas necessidades. Tendo em vista que a produção agrícola costuma ter uma fase de maiores gastos no início e apenas no final do ciclo é que os produtos agrícolas darão retorno, é necessário pensar alternativas de geração contínua de renda para os estabelecimentos familiares.

De acordo com Ghizelini (2006, p. 6-7) diante deste cenário em que se encontra(va) a agricultura familiar e a segurança alimentar urbana e rural, o Governo Federal (através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional/MESA) em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Congresso Nacional, aprovam a lei 10.696, de julho de 2003, permitindo que os governos (Federal, Estadual e Municipal) passassem a adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares sem a obrigatoriedade de realizar licitações. Encontrar maneira de viabilizar a agricultura familiar é um ponto ser estudado pelo governo federal, melhorando assim as condições dessa classe, melhorando a viabilidade desta importante classe da agricultura do país que tem uma importante fatia do PIB brasileiro.

Na visão de Moraes e Curado (2004), em diversas localidades no país, as experiências desenvolvidas pelas organizações dos agricultores familiares ainda não têm alcançado, em sua maioria, resultados positivos e sustentáveis para a viabilização da agricultura familiar. Isto ocorre devido à inexistência de uma maior reflexão sobre as realidades locais e as especificidades econômicas, sociais e culturais da agricultura familiar em diferentes contextos.

A agricultura familiar caracteriza-se pela diversidade na organização de sua estrutura interna, no que se refere à disponibilidade do uso e distribuição dos recursos – terra, trabalho e capital (GERARDI e SALAMONI, 1994). Esse segmento torna-se foco de estudos, principalmente, no que se refere às estratégias adotadas para se organizar e reorganizar diante das especificidades do modo de produção capitalista. Muitos trabalhos continuam a ser produzidos visando aprofundar o conhecimento acerca da produção familiar na agricultura, especulando sobre o seu destino, as formas de como este segmento irá se desenvolver no sistema capitalista de produção contemporâneo, seu processo de adaptação ao sistema de mercado, seu desenvolvimento paralelo ao sistema capitalista, ou ainda, a possibilidade de Olhares sobre o processo investigativo seu



desaparecimento por completo com a intensificação das relações capitalistas, como apontam alguns autores.

Assim, de acordo com Muller (2007, p. 50) “existe uma complementaridade entre os papéis exercidos pela agricultura familiar e o Estado”. A agricultura familiar realiza uma importante função estratégica nos países capitalistas avançados, pois à medida que produz alimento a baixo custo, permite o processo de transferência de renda, no qual beneficiam não só aqueles setores que lidam com a compra dos produtos agrícolas e a venda de insumos agrícolas e máquinas, como também o conjunto do sistema econômico.

Abramovay (1992) explica que essa questão ocorre devido a capacidade que a agricultura familiar tem para baixar o custo de produção dos alimentos com a adoção de novas tecnologias no seu processo produtivo. Segundo o autor, a inovação tecnológica, a princípio, utilizada por uma pequena parcela dos agricultores, fazem os custos da produção caírem, mas à medida que está inovação passa a ser utilizada por grande parte dos agricultores eleva-se a oferta do produto, que conseqüentemente acaba por baixar o preço da mercadoria, reduzindo dessa forma, ou até mesmo eliminando, o lucro que obteve com o uso daquela inovação tecnológica.

Os benefícios do progresso tecnológico na agricultura, que se mostram maiores que nas indústrias, são rapidamente repassados para os setores não agrícolas, sendo que, de acordo com Abramovay (1992), o aumento da produtividade não corresponde no aumento na renda do produtor agrícola, mas sim provoca a redução dos preços nessa ponta da cadeia produtiva. Assim, segundo o autor, a agricultura no capitalismo avançado está muito mais em suas funções globais para economia do que para um processo de acumulação capitalista e extração da mais-valia. A redução permanente e em larga escala do valor da força de trabalho torna-se a base essencial da mudança do capitalismo, pois à medida que os assalariados diminuem seus gastos com alimentos, transforma seu consumo para a crescente aquisição de produtos não alimentares e duráveis.

Nos países de capitalismo avançado, portanto, não cabe à agricultura transforma-se, antes de tudo, em setor de alta lucratividade, mas, sobretudo, auxiliar no processo geral de moldagem de um novo modelo de consumo. Assim, tendo em vista que seu caráter familiar da produção abriu o caminho para que os alimentos pesassem cada vez menos nos orçamentos dos assalariados, também contribui para o estabelecimento do regime fordista, característico do capitalismo consolidado após a Segunda Guerra Mundial por basear-se no consumo de produtos produzidos em séries. (ABRAMOVAY, 1992). Dessa mesma opinião corrobora Jean (1994), que também acredita que a



renda e lucro do agricultor familiar é transferida para a economia e a sociedade, ficando esse produtor apenas com um salário mínimo para subsistir.

Para o autor, é a sociedade inteira que acumula os ganhos do agricultor moderno nas relações que mantém com eles. O agricultor familiar, portanto, não pratica sua atividade interessado em atingir uma taxa de lucro, contentando-se apenas com uma renda que possibilite a reprodução de sua unidade familiar. Segundo Muller (2007) esse fato confere à agricultura familiar uma superioridade competitiva sobre a agricultura empresarial. Para Jean (1994) a permanência da agricultura familiar.

Em um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2007) sobre a relação entre a abertura comercial e a agricultura familiar, essa mostra que as políticas orientadas à agricultura familiar no Brasil subestimam um setor altamente relevante, estando desalinhadas das estruturas de incentivo e com problemas de sustentabilidade.

No estudo foi também analisado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual demonstrou que isoladamente esse programa não cria as condições necessárias para o fortalecimento da agricultura familiar. Outros aspectos apresentados por Batalha et al. (2009) mostra ainda as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar brasileira. Um deles é quanto à modernização da agricultura no Brasil, tendo em vista a baixa adoção de novas tecnologias na produção, principalmente pelo produtor familiar.

Esse problema é representado, sobretudo, pela falta de capital dos agricultores familiares, a resistência na adoção de novas tecnologias ou até mesmo pela falta de conhecimento, o que reflete numa produtividade inferior à média nacional. Contudo, segundo os autores, essa situação vem se alterando gradativamente devido às exigências do mercado consumidor.

Em relação ao suporte técnico, Batalha et al (2009) explicam que apesar de estar disponível para grande parte dos produtores rurais no Brasil, essa assistência é incapaz de atender as necessidades do agricultor, pois nem sempre são compreendidas ou implementadas devido às condições de cada produtor. Quanto às políticas de crédito, essa vem a se torna um importante instrumento de modernização da agricultura ao possibilitar a incorporação de maquinaria e insumos ao processo produtivo.

Contudo, no Brasil, apesar de existirem recursos institucionais obrigatórios com valor definido pelo Conselho Monetário Nacional e disponibilizado por instituições estatais, como o Banco do Brasil, este ainda não atinge seus objetivos, ou seja, são insuficientes, burocrático quanto



à concessão, com alta taxa de juros e condições de pagamento inadequado, não atendendo, assim, de forma eficiente a muitos pequenos e médios produtores rurais, (BATALHA et al, 2009).

Assim, apesar do governo brasileiro oferecer políticas de crédito e programas de assistência técnica para atender principalmente a agricultura familiar, muitas vezes eles são ineficazes e não abrangem todos os agricultores. Essas condições fazem com que muitas vezes o agricultor familiar busque por si mesmo melhorar suas condições de trabalho para se manter na produção. Diante desses aspectos, verifica-se a falta de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Muller (2007) afirma que o debate estabelecido sobre a relação Estado-Agricultura Familiar no caso brasileiro toma uma direção bem diferente daquela dos países de capitalismo avançado, devido, sobretudo, à falta que há de incentivos à agricultura familiar. Portanto, segundo a autora, é preciso que o Estado se faça mais presente com políticas públicas para manutenção e fortalecimento da agricultura familiar.

3. METODOLOGIA

Dito de outra forma, o projeto de pesquisa pode ser descrito como um mapa que "guia o investigador no processo de coleta, análise e interpretação das observações. É um modelo lógico que conduz o pesquisador ao formular inferências a respeito das relações causais entre as variáveis em observação e define se as interpretações obtidas podem ser generalizadas para a população maior ou para situações diferentes" (Nachmias e Nachmias, 1976, apud Yin, 1989).

O presente estudo se caracteriza como descritivo, pois ele visa descrever, observar e analisar as percepções de cada indivíduo sem manipular-las a fim de demonstrar qual a real situação da agricultura familiar no distrito de Espigão azul, Cascavel, Paraná. Foram utilizados dados secundários obtidos de fontes como jornais, revistas publicações estatísticas do censo do IBGE, dentre outros documentos oficiais e institucionais.

Como parte teórica foi utilizada pesquisa bibliográfica, para um melhor entendimento sobre o assunto, e assim estabelecendo parâmetros para o início da pesquisa proposta. Também será utilizado para adquirir dados primários entrevistas com agricultores familiares no distrito de Espigão Azul, que tem como município Cascavel no oeste do Paraná, aonde foi realizada com dez agricultores da região com perguntas abertas direcionadas a realidade da agricultura familiar da região quais os impactos causados pela alta de insumos nos últimos anos.



O Método do Estudo de Caso é um método das Ciências Sociais e, como outras estratégias, tem as suas vantagens e desvantagens que devem ser analisadas à luz do tipo de problema e questões a serem respondidas, do controle possível ao investigador sobre o real evento comportamental e o foco na atualidade, em contraste com o caráter do método histórico. Um ponto comum entre vários autores (Goode e Hatt, 1969, Yin, 1989, Bonoma, 1985) é a recomendação de grande cuidado ao se planejar a execução do estudo de caso para se fazer frente às críticas tradicionais que são feitas ao método.

"Estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas" (YIN, 1989).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O estudo foi realizado no Distrito de Espigão Azul, cidade de Cascavel no Estado do Paraná. O questionário apresentou questionamentos sobre os dados referentes ao ramo de atuação e também a situação em que a família se encontra diante da agricultura familiar. Foram aplicados doze questionários para os produtores, que são residentes no Distrito de Espigão Azul, com área de até 3.189,65 alqueires.

A aplicação do questionário demonstrou que a idade dos entrevistados está entre 45 e 74 anos. Observa-se que a idade dos produtores é mais avançada, o que indica uma migração dos seus filhos para os grandes centros, deixando a propriedade rural sobre a responsabilidade dos pais. Ainda de acordo com as respostas, a maioria dos entrevistados tem baixa escolaridade, apenas o fundamental. O que pode ser considerado também um fator que dificulta a administração do negócio, pois eles possuem apenas o conhecimento técnico, que foi adquirido com os anos de experiência na atividade agrícola.

Os agricultores entrevistados apresentam uma diversificação da produção, realizando atividades como a agricultura, gado leiteiro, avicultura, hortaliças, hortifrúti e piscicultura demonstrando como a agricultura familiar tem como característica a diversidade de produção, assim como apresentado pelos autores (GERALDI e SALAMINI, 1994). Os entrevistados relataram que na sua maioria tem como fonte principal de renda a agricultura para o sustento da família. Os casos em que existe outro tipo de renda estão relacionados ao benefício da aposentadoria, que para os agricultores é importante, pois traz segurança em relação a renda ao final de cada mês.

Os entrevistados mencionaram que as rendas variam de acordo com a produtividade, de acordo com o clima, e estão na média de R\$ 2.000,00 a R\$ 10.000,00 por mês. Os entrevistados que tem as maiores rendas são aqueles que têm uma diversificação maior da propriedade. A diversificação tem um aumento significativo na renda, pois flexibiliza os lucros, possibilitando alternativas em épocas de crises.

A maioria dos entrevistados demonstrou que usa somente mão de obra própria para a produção de seus respectivos produtos, terceirizando somente em picos de trabalho como retirada de frangos ou peixes que se tem um grande aumento na mão de obra e também nos casos de pequenos agricultores que terceirizam o plantio e colheita, pois não possuem maquinário para o manejo devido ao seu custo de aquisição não viabilizando a compra (IBGE 2016).

Quando questionados em relação às dificuldades da agricultura familiar, os agricultores relataram que apresentam dificuldades para ser competitiva, pois tem pouca adoção de novas tecnologias de produção, que o capital empregado é menor, e ainda, que eles têm uma produtividade inferior a média, e ainda, tem menos poder de barganha diante das negociações para a compra de insumos.

Ainda segundo os entrevistados, quando existe uma produção elevada de produtos, os preços são reduzidos, as pragas acabam comprometendo a produção agrícola e a crise no país tem afetado o crescimento dos mercados, o que também influencia na agricultura familiar.

Sobre os preços dos insumos segundo os entrevistados, notaram aumento nos insumos, os relatos dimensionam até 50% nos últimos 4 anos, mas devido à falta de controle dos custos não se tem um parâmetro correto sobre o tamanho da diferença e sim somente que se está pagando um valor acima do que se pagava a anos anteriores. Os aumentos dos custos interferem diretamente no resultado do negócio, diminuindo os lucros e aumentando os riscos, pois em casos de frustrações o valor empregado para a produção é maior.

As formas de pagamentos utilizadas são geralmente no prazo, que as empresas que fornecem os insumos disponibilizam também se usa no caso de insumos para a produção de grãos, a troca dos grãos por insumos, pois o pequeno agricultor troca insumos para a produção por um preço fixo chamado de contrato pós aonde fixa o valor da saca do grão em troca dos insumos necessários para produzir são fixados os preços dos produtos tendo-se assim os custos fixados para a produção, e também financiamentos agrícolas disponibilizados por órgãos bancários aonde os bancos financiam os insumos para a produção e também pagamento em dinheiro nos casos em que os pequenos agricultores têm dinheiro em mão para o pagamento.



Neste sentido, observa-se que apesar de todos os agricultores compreenderem que o preço dos insumos aumentou mais de 50% nos últimos 4 anos, eles não conseguem dimensionar como isso alterou seus preços. O que se sabe é que o aumento fez com eles aumentassem os preços praticados, no entanto, eles mencionam que o aumento de preço está de acordo com o praticado com os demais produtores. Isso mostra que os preços efetivamente influenciam nos preços praticados, e que, apesar disso, os pequenos produtores não sabem como dimensionar isso no preço final do produto que é comercializado. Essa situação pode estar relacionada ao baixo grau de instrução dos pequenos produtores, e ainda, sobre a falta de controle que eles possuem na propriedade. Dessa forma, o aumento dos insumos, altera diretamente a produção, no entanto, observa-se que os pequenos produtores são mais prejudicados do que os grandes produtores, pois eles têm menos poder de barganha e ainda não tem o controle de custos de sua produção.

Sobre participação dos pequenos agricultores em cooperativas, dos doze entrevistados sendo dele não participam de cooperativas, pois segundo ele não veem benefícios que possam ser disponibilizados a eles, já para sete entrevistados tem uma percepção diferente, pois segundo eles com o apoio da cooperativa se tem maior confiabilidade e menores custos na aquisição de produtos e serviços. A entrevista também nos mostrou que os pequenos agricultores encontram nas cooperativas parceiras que podem ajuda-los na questão de fornecimento de crédito no caso de cooperativas de crédito, pois segundo eles as cooperativas são menos burocráticas e se tem um melhor atendimento e fornecimento de informações.

A pergunta final do questionário foi qual a avaliação, que o pequeno agricultor tem sobre a agricultura familiar na região e foram diversas as avaliações sobre o assunto como falta de incentivo do governo segundo eles, a burocratização se setores ligado a agricultura, a falta de políticas de preços mínimos para os produtos produzidos para que sem tenham uma garantia melhor da produção, também o sentimento de falta de valorização por parte de governo e também do restante da população e a falta de informação para que eles fiquem melhor estruídos como se comportar perante os desafios da profissão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação das entrevistas foi realizada no distrito de Espigão Azul de Cascavel – Paraná, em doze pequenos agricultores dos mais variáveis segmentos, ramos da agricultura familiar como no ramo agrícola, hortaliças, piscicultura, suinocultura e avicultura, teve como objetivo maior verificar



a influência do valor dos insumos sobre a agricultura familiar e quais os resultados traz para o pequeno agricultor.

Após a aplicação do questionário e realização de pesquisa teórica, verificou-se que se teve um aumento nos insumos nos últimos anos e que este aumento impactou em baixa na lucratividade dos pequenos agricultores na região, e também mestra que devido a diminuição dos lucros levou baixos investimentos por parte dos pequenos agricultores que afeta o crescimento do setor na região demonstrando que a falta de melhores políticas interferem muito no momento na vida da agricultura familiar na região.

O presente estudo também nos demonstrou que se tem uma grande falta de informação para a agricultura familiar da região, pois segundo os entrevistados eles não recebem apoio para a tomada de decisão e informações que possibilitem que seja disfrutado de recursos disponibilizados pelo governo como custeio de produção, aquisição de máquinas para o melhoramento de sua capacidade estalada com juros e até preços melhores do que para outros setores, mas devido à falta de informação não a um aproveitamento destas opções. Também se revelou a falta de preparo da maioria dos agricultores referente a administração de seu negócio por falta de conhecimento de como gerir melhor seus custos e lucros obtidos sobre seu negócio, demonstrando que se faz importante disponibilização de cursos no que se diz como gerenciamento de negócio, para que haja um melhor aproveitamento dos pequenos agricultores para um melhor resultado sobre o setor que se está inserido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

BATALHA, Mário Otávio (Coordenador). **Gestão Agroindustrial**. GEPAI: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, v. 1, 3ª ed, 2009.

CAMPOS, Regina. **Dinâmica do Modelo Familiar: Agricultura Familiar**. In: EMATER-MG - Projeto Inovar – Sistema de Planejamento Participativo e Gestão Social. Desenvolvimento local Sustentável – Volume 1, Belo Horizonte, 2004;

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. FAO – **BID divulgam estudo sobre relação entre abertura comercial e agricultura familiar**. Santiago, Chile, 2007.

GERARDI ,L.H.O.e SALAMONI,G. **Para entender o campesinato: a contribuição de A.V.Chayanov**. Geografia, Rio Claro, v. 19, n.2,p.123-140, 1994.

GHIZELINI, A. A. M. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil.. **In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Quito, 2006;

GHIZELINI, A. A. M. O Desenvolvimento Local como Condição para a Emergência dos atores sociais. **In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 2009.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso: 15 set. 2017

JEAN, Bruno. **A forma social da agricultura familiar contemporânea**: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, 1994.

MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**.

MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema Notícias Agricultores Familiares do Paraná Atenderão 97 dos Municípios do Estado**. Disponível em <www.mda.gov.br>. Acesso em 09 out. 2017.

MORAES, Ênio G de; CURADO, Fernando F . Os Limites do Associativismo na Agricultura Familiar de Assentamentos Rurais em Corumbá (MS). **In: IV Simpósio sobre Recursos**.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Porto Alegre, 2007.

SALAMONI, G. e GERARDI, L.H.O. **Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar**. In: GERARDI, L.H.O. e MENDES, I. A. M. (Orgs.) *Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea*. Rio Claro: AGETEO, 2001. p.73-96

PICINATTO, A.G.; CAMPOS, A.A.; BITTENCOURT, G.A.; BIANCHINI, V. **Cartilha do PRONAF – Crédito**. Curitiba: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser), 2000. 34 p.

PRONAF. **Buscando as Raízes Agricultura familiar e Reforma Agrária**, In: Caderno de capacitação nº 1, Brasília, Julho de 2002;

SPANEVELLO. R. M. **Jovens rurais do município de Nova Palma – RS: situação atual e perspectivas**. 2003. 131f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1989.



ZIMMERMANN, S. A. **A institucionalidade de uma política alimentar em nível local: o programa de aquisição de alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil.** In: IV Congresso Internacional de la Red Sial, Mar del Plata, 2008.